

Verdades sobre *Os sertões*, Antônio Conselheiro e Canudos

Agenor Ribeiro, da ABF e ACL

Os críticos que se ocuparam da obra monumental de Euclides da Cunha têm cuidado apenas da forma, mas esqueceram o exame do conteúdo. Vamos aqui tratar tão-somente da composição da obra, buscando as influências que colheu o Autor em outros autores.

Quanto ao estilo devo dizer que é inatacável, irretocável mesmo, visto que Euclides era um escritor que possuía um irremovível respeito ao público leitor, e por isso procurava aperfeiçoar o máximo possível seu estilo, sua forma elegante e escorreita, trabalhada e burilada. Estilo barroco, curvilíneo, sonoro, encantador, de beleza inimitável.

Já o conteúdo merece reparos que faremos no curso deste modesto trabalho. Apresentaremos verdades historicamente comprovadas, no desenvolver deste relato.

A primeira verdade sobre *Os sertões* é que foi escrito entre 1894 e 1895, na cidade sul-mineira de Princesa da Campanha, quando Euclides lá se encontrava para adaptar o prédio da Santa Casa de Misericórdia em Quartel do 8.º Regimento do Exército, como nos afirma seu então vizinho e amigo professor doutor Júlio Bueno Brandão, em artigo publicado no jornal dominical de Muzambinho, de 22 de agosto de 1909. Ver artigo publicado à página 33, em Ana de Assis.

A segunda verdade é que a obra *Os sertões* se compunha apenas de dois capítulos – *A terra* e *O homem*. Só depois da Guerra de Canudos ele acrescentou, como apêndice, *A luta*.

A terceira verdade é que Euclides se louvou nos dois primeiros capítulos na obra do grande cientista francês Doutor Emmanuel Liais – *Climats, géologie, faune et géographie botanique du Brésil*, livro raríssimo que se encontra na seção de Obras Raras da Biblioteca Nacional. Vêem-se pela leitura de ambas as obras as grandes afinidades. Ver artigo do Doutor Bueno Brandão.

A quarta verdade é que *Os sertões* não foi escrito em São José do Rio Pardo, como afirmam os integrantes da Sociedade Euclides da Cunha, em 1901, e sim em 1895 em Princesa da Campanha, como afirma o Professor Bueno Brandão no seu artigo, publicado em 1909, a saber:

Conheci na intimidade o notável autor d'*Os sertões*, na Campanha, quando ali estivera como engenheiro militar, encarregado da adaptação da Santa Casa para Quartel do 8.º Regimento de Cavalaria.

Já nessa época distante, uma neurastenia incipiente começava a perturbar a vida agitada do moço militar, cujos surtos intelectuais não tardavam a desabrochar. Aí, na quietude da cidade sul-mineira, lhe ocorre escrever *Os sertões*, que o tinham de immortalizar. Entre os livros que lhe emprestei e que ele devorava numa grande ansiedade, um lhe fez grande moossa e talvez fosse o inspirador d'*Os Sertões*: é o livro de E. Liais, *Géologie, flore, faune et climats du Brésil*.

Vale lembrar que o Professor Bueno Brandão citou de cor e cometeu enganos no título da obra em foco.

Antônio Conselheiro

Antônio Conselheiro nasceu em Quixeramobim, em 13 de março de 1830, e foi batizado em 22 do mesmo mês com o nome de Antônio Vicente Mendes Maciel. Seus pais foram Vicente Mendes Maciel e Maria Joaquina de Jesus, mais conhecida por Maria Chana. Seu pai era comerciante de tecidos. Antônio estudou Português, Latim, Aritmética e Geografia na escola do professor Manuel Joaquim Ferreira Nobre. Aos 25 anos perdeu o pai. Com a morte do genitor, assumiu o arrimo da família, até que se casaram suas irmãs. Aí, como suas ocupações de professor não lhe permitiam bem administrar a loja deixada pelo pai, encerrou o comércio e foi para Fortaleza para procurar um emprego. Procurou os fornecedores de tecidos para a loja de seu pai e eles lhe arranjaram um emprego de caixeiro-viajante para ir de vila em vila, de cidade em cidade, oferecendo a mercadoria e firmando contrato de compra e venda. Em Sobral conheceu uma moça bonita, Brasilina Laurentina de Lima e logo noivou para casar-se no ano seguinte, como o fez. Casados, foram morar em Ipu, cidade pequena, mas perto de Campo Grande onde, foi exercer as funções de Escrivão de Órfãos e Ausentes, sem interrupção de suas atividades de caixeiro-viajante. Em Ipu, quando permanecia alguns dias exercia a advocacia de rábula no Forum daquela cidade.

Para não ficar a mulher sozinha e dar apoio à mãe, foi buscá-la para vir fazer companhia à nora na ausência dele. Depois de certo tempo, a sogra passou a desentender-se com a nora, e aí resolveu preparar uma armadilha para destruí-la.

Um dia disse ao filho: - "Vamos à Igreja para eu te contar um segredo". Foram e no caminho ela lhe disse: - "Meu filho, a sua mulher, quando você viaja, põe um homem para dentro do quarto, à noite". Ele respondeu: - "Minha mãe, eu não acredito". - "Pois, se você não acredita em mim, finja uma viagem e volte lá para as nove horas e fique escondido no mata-pasto em frente e verá". Ele, na dúvida, o fez. A mãe preparou tudo; encostou a janela do quarto da nora, volta-da para a praça, e, quando a nora se recolheu para dormir, ela se veste com um terno do filho, põe o chapéu e dá a volta para entrar pelo canto da praça. Vem,

passa disfarçadamente perto do filho, que não a reconheceu, e empurra a janela do quarto da nora, momento em que o Antônio dispara um tiro certo no pseudo-rival, que cai para trás. Corre Antônio e, quando vira o corpo exangue, viu que era sua própria mãe. Compreendeu toda a extensão do drama; havia matado a própria mãe. Ficou como louco e, para não ser preso em flagrante, montou a cavalo e partiu para Quixeramobim em busca do apoio moral das irmãs e cunhados na fazenda Pau Branco. Contou toda a história e viu-se voltarem todos contra ele, saindo urna briga em que ele ficou ferido. Desenganado do apoio da família, partiu para o Crato, onde ninguém o conhecia nem sabia do terrível crime. No Crato passou alguns meses, quando a notícia veio à tona. Ele, então, vendeu tudo e partiu sem destino, com burel roxo de frade. Deixou o cabelo e a barba crescer; comprou livros sagrados – missal, Bíblia, Horas Marianas e um grande rosário e partiu como penitente na esperança de ver perdoado seu nefando crime. Seguiu para o Sul pelos estados do Ceará, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia; por onde passava ia construindo cemitério, capelas, igrejas, barreiros, açudes, celebrando orações, novenas, missas, dando bons conselhos e agrupando adeptos por onde passava.

Antônio Conselheiro não era um fanático; era um místico. Pregava a Doutrina Cristã na sua linha ortodoxa, conforme declara no seu Relatório ao Arcebispo de Salvador D. Jerônimo Tomé da Silva um sacerdote do Clero Secular que ouviu por cinco dias as pregações de Antônio Conselheiro. O Bom Conselheiro pregava a moral, para isso obrigava os amasiados a casar-se. Era respeitado e obedecido incondicionalmente por todos os habitantes de Canudos. Pregava o respeito absoluto à propriedade privada e proibia a prática de qualquer crime. Todos eram obrigados a se estimar, na fraternidade cristã.

Canudos ou a luta

Em 1893, mais exatamente em 13 de junho, chegou Antônio Conselheiro à Fazenda abandonada desde 1858 pela Condessa do Recôncavo Baiano, e aí, no dia do Santo seu Padroeiro – Santo Antônio – fundou o Arraial de Santo Antônio de Canudos, onde havia uma casa em ruínas e uma Capela em desmoronamento. Aí lançou as bases de sua comunidade ambulante. Começou pela reconstrução da Capela e depois pela reforma do velho casarão senhorial. Estabeleceu os princípios e as normas do bem viver com as regras rígidas de convivência pacífica e harmônica em que todos tinham os mesmos direitos e obrigações dentro daquela comunidade fraterna. Montou urna cooperativa onde todos os produtos eram depositados e apanhados igualmente pelos habitantes daquele burgo.

Para ali começaram a acorrer milhares de peregrinos para colocar-se à sombra e à proteção do Bom Conselheiro. Em três anos chegava a população de Canudos a vinte e cinco mil habitantes. Não havia autoridade policial e nem um crime se registrou em Canudos, sem lei e sem rei, mas havia uma autoridade moral que substituíra todas as demais autoridades.

Enquanto reinava paz em Canudos, as oligarquias políticas se digladiavam nas lutas de uma desmoralizada politicagem, desde o vice-Presidente da República Manuel Vitorino Pereira ao Presidente do Estado da Bahia Luís Viana e os demais políticos que formavam os dois partidos – o Partido Republicano Federalista e o Partido Republicano Constitucional, que se digladiavam nas lutas pela tomada dos postos nos municípios. Contratavam os jagunços para atacar os redutos municipais governados por seus adversários, como se vê da correspondência dirigida ao Barão de Jeremoabo. Os ataques feitos pelos jagunços correram por conta dos políticos e não por culpa do Antônio Conselheiro.

O ataque praticado às autoridades de Bom Conselho, quando foram rasgados os editais de cobrança de impostos municipais corre por conta dos políticos, possivelmente o ex-governador José Gonçalves da Silva e o Barão de Jeremoabo, fazendo o Juiz de Direito Doutor Arlindo Batista Leoni fugir para Juazeiro. Mais tarde, quando Antônio Conselheiro foi a Juazeiro e comprou o madeirame necessário à construção da Igreja Nova, grande, pagou o preço pedido, marcando o dia de mandar buscá-la. Na data aprazada, foram os homens para receber e transportar a encomenda. Lá chegando, receberam a informação de que a madeira não seria entregue. Recorreu ao Juiz de Direito, comprovando seu direito líquido e certo, mas o Juiz Doutor Arlindo Batista Leoni negou peremptoriamente. Voltaram os emissários e disseram o ocorrido a Antônio Conselheiro; este respondeu: vou mandar buscar a madeira à força. Chegou a notícia ao conhecimento do vendedor e do juiz; este telegrafou ao Presidente do Estado Luís Viana: – Juazeiro corre perigo; jagunços a caminho mando Conselheiro. Luís Viana pede confirmação. Responde: Jagunços armados se aproximam. Luís Viana despacha um pelotão de cem soldados sob o comando do Tenente Manuel Pires Ferreira que desembarca em Queimadas e segue para Uauá onde vai encontrar-se com um grupo de jagunços bem armados e dispostos à luta. Trouvou-se a luta em legítima defesa de Canudos que tinha sido atingido em seus legítimos direitos, postergados por um juiz covarde e venal, incapaz de fazer respeitar um direito líquido e certo, como era o do Antônio Conselheiro. Estava iniciada a carnificina de Canudos, o mais hediondo genocídio, se não for um fratricídio.

O Presidente Prudente de Moraes adoeceu e assumiu a Presidência o baiano e vice-Presidente da República Manuel Vitorino Pereira que era partidário da linha florianista. Mandou imediatamente atacar os conselheiristas pelo Regimento comandado pelo major Febrônio de Brito que vai enfrentar os jagunços em Cansanção, onde Febrônio é derrotado, morto e pendurado numa árvore e aí se mumificou.

Na terceira expedição militar, procurou-se escolher o mais perverso e sangüinário militar para comandar a expedição de extermínio. Foi escolhido a ponta de dedo o terrível degolador coronel Antônio Moreira César, que já se havia distinguido em Santa Catarina e Rio Grande do Sul na matança que promo-

vera entre seus camaradas de farda. A expedição Moreira César foi a Canudos e praticou todas as atrocidades possíveis e imagináveis, mas o comandante terminou sendo morto em combate.

Reassume o Governo o Presidente Prudente de Moraes e determina que o Ministro da Guerra Marechal Carlos Machado Bittencourt fosse inspecionar a frente de batalha para ver o que estava acontecendo de real. Partiu a missão militar nos fins de agosto de 1897 e chegou a desembarcar em primeiro de setembro na estação ferroviária da Fazenda das Queimadas. Montou aí a estratégia e partiu para visitar Monte Santo e Cansanção, que ficavam mais próximos de Canudos. Supriu os combatentes de fardas, armas, munição, alimentos e remédios, e, assim, salvou a tropa de combate. Fez o que fizera a Inglaterra na Guerra da Criméia, após os terríveis ataques desfechados pela imprensa pelo grande e corajoso repórter Russel. Foi o Marechal Machado Bittencourt quem ganhou a luta de Canudos. Os ataques se tornaram mais ferozes e o cerco se fechou com a luta corpo a corpo em que os soldados degolavam os jagunços e os jagunços estripavam os soldados. Fugiram mulheres, crianças e homens, principalmente os velhos, para não morrerem de fome, sede e ser assassinados pela soldadesca feroz. Terminou a guerra ao entardecer do dia 5 de outubro de 1897, quando restaram vivos apenas quatro pessoas, “um velho, dois homens feitos e uma criança”. Foi um verdadeiro genocídio, senão um cruel fratricídio.

De tudo isto Euclides tomou conhecimento apenas pelos relatórios militares, pois nunca pisou os pés em Canudos; a vez que chegou mais perto foi quando acompanhou a Missão Machado Bittencourt a Cansanção, que dista seis quilômetros de Canudos. Não foi Euclides testemunha presencial dos feitos heróicos canudenses. O que escreveu foi baseado em fontes suspeitas preparadas pelos militares florianistas, que conduziam no bolso esquerdo de suas fardas a inscrição – “Viva Floriano”.

No traço da figura do Antônio Conselheiro, Euclides se louvou na pior fonte, que é João Brígido dos Santos, que não era historiador, e sim um cronista panfletário que só almejava o escândalo. Infelizmente não havia outra fonte sobre o tema.

Antônio Conselheiro não foi um criminoso; se matou, foi em legítima defesa putativa da honra.

Euclides não teve o cuidado de indicar as fontes que usou para a confecção de sua notável obra. O grande cientista francês Doutor Emmanuel Liais cita à página 20 e faz uma referência depreciativa à página 18, chamando de “um naturalista algo romântico”. Huxley ele cita de passagem, como faz com o grande geólogo e geógrafo Friederic Hartt, autor que ele tanto consultou. Maior injustiça cometeu com o grande engenheiro e tupinólogo Teodoro Sampaio, de quem ele se serviu durante a feitura de *Os sertões*, conforme disse o próprio Teodoro ao Capistrano, em correspondência remetida a João Lúcio de Azevedo por Capistrano de Abreu. Diz Teodoro: – “Já não agüento mais as perguntas de Euclides sobre a matéria de *Os sertões*”. E, mesmo assim, não cita uma só vez o

notável engenheiro, geólogo e geógrafo, grande conhecedor da região palco dos Sertões, pois fez parte da Missão Inglesa Milnor Roberts, e escreveu um livro *O Rio São Francisco e a Chapada Diamantina*, publicado em 1880.

O que mais me surpreende em Euclides é o racismo, às páginas 108, 109 e 110 d' *Os sertões*, sendo ele um mestiço.

Diz Euclides:

A mistura de raças mui diversas é, na maioria dos casos, prejudicial. Ante as conclusões do evolucionismo, ainda quando reaja sobre o produto o influxo de uma raça superior, despontam vivíssimos estigmas da inferior. A mestiçagem extremada é um retrocesso... De sorte que o mestiço — traço de união entre as raças, breve existência individual em que se comprimem esforços seculares — é, quase sempre, um desequilibrado... E o mestiço — mulato, mameluco ou cafuz — menos que um intermediário, é um decaído” (fl. 108)... “feridos pela fatalidade das leis biológicas, chumbados ao plano inferior da raça menos favorecida. Impotente para formar qualquer solidariedade entre as gerações opostas de que resulta... O mulato despreza então, irresistivelmente, o negro e procura com uma tenacidade ansiosíssima cruzamentos que apague na sua prole o estigma da fonte escurecida...” (fls. 109)... “porque todo o homem antes de tudo é uma integração de esforços da raça a que pertence e seu cérebro uma herança... E desde que desça sobre eles as sobrecargas intelectual e moral de uma civilização o desequilíbrio é inevitável” (fls. 110)... “os mestiços emergentes, variáveis, com todas as nuances da cor, da forma e do caráter, sem feições definidas, sem vigor, e às mais das vezes inviáveis, nada mais são, em última análise, do que os mutilados inevitáveis do conflito que perdura, imperceptível, pelo correr das idades (fls. 111).

Todas essas nefastas influências racistas recebeu Euclides dos Evolucionistas e, principalmente, do Conde de Gobineau na sua obra — *Ensaio sobre a desigualdade entre as raças humanas*. Ele mesmo se dizia que “era um misto de grego e de tapuia”.

Foi feliz quando leu e assimilou Alencar na sua obra *O sertanejo*, e fez um resumo muito acima do modelo, mas não citou a fonte.

No que tange à figura de Antônio Conselheiro, Euclides não procurou pintar um retrato fiel, pois não o conheceu, porém esculpiu uma terrível caricatura deformante, intencionalmente para satisfazer às fontes informadoras. Diz Euclides à página 150: — “Todas as crenças ingênuas, do fetichismo bárbaro às aberrações católicas, todas as tendências impulsivas das raças inferiores, livremente exercitadas na indisciplina da vida sertaneja, se condensaram no seu misticismo feroz e extravagante”. Mais adiante fala em consciência delirante (*sic*). Afirma Euclides: “... um caso notável de degenerescência intelectual...” e além fala em “mas de modo algum lúcido em todos os atos...” Conselheiro nunca esteve no centro de uma sociedade culta, no entanto Euclides insiste:

“Recalcado pela disciplina vigorosa de uma sociedade culta, a sua nevrose explodia na revolta, o seu misticismo comprimido esmagaria a razão” (p. 153). Comete um grande erro, quando diz que João Brígido era um “narrador consciencioso” (fis. 154). O Autor continua: “Antônio Vicente fugiu abalado, porque a mulher fugiu com um furrel” (fls. 161), quando, na verdade, ela seguiu dois anos depois da morte da sogra, acompanhando o sargento que a protegia, transferido para Santa Quitéria.

Euclides, às páginas 191, 192 e 193, cobre de infâmias a pessoa digna de pena do Antônio Conselheiro, quando salienta: – “estava adrede talhada para reviver os estigmas degenerativos de três raças” (fls. 190); ... “a virtude era como que o reflexo superior da vaidade. Uma quase impiedade. A tentativa de enobrecer a existência na terra, implicava de certo modo indiferença pela felicidade, sobrenatural iminente, o olvido do além maravilhoso anhelado” (fls. 191). A página 192 é toda de infâmia.

Eis uma apreciação resumida da obra magistral do grande autor.